



Relatório da Participação de uma delegação parlamentar nacional na 4.^a edição do Parliamentary Intelligence and Security Forum.

Viena, Áustria, 20 de junho de 2016.

Enquadramento

Teve lugar no passado dia 20 de junho, nas instalações do Ministério do Interior austríaco, em Viena, a 4.ª Edição do Fórum Parlamentar de Inteligência e Segurança (4th Parliamentary Intelligence and Security Forum).

Esta iniciativa tem vindo a se patrocinar pelo congressista norte-americano Robert Pittenger, e visa estabelecer um intercâmbio entre parlamentares europeus e norte-americanos, partilhando informações acerca de temas prementes ao nível da segurança internacional, designadamente o combate ao terrorismo transnacional, envolvendo os dois lados do Atlântico, estabelecendo, assim, uma plataforma que se pretende consistente, em sede de cooperação interparlamentar.

A presente Edição do Fórum esteve para realizar-se em Berlim, de 30 a 31 de maio, tendo sido transferida no último momento para Viena, por motivos que se desconhecem.

Delegação portuguesa

A delegação parlamentar nacional foi assegurada pelo Senhor Deputado Sérgio Sousa Pinto, na qualidade de Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, em representação de S.ª Excelência o Presidente da Assembleia da República.

Integrou a delegação, ainda, o Assessor da Comissão, Raul Maia Oliveira.

Lista de Participantes.

Participaram nesta Edição, os parlamentares e dignitários dos seguintes países abaixo indicados:

ALBÂNIA:

Arta Dade MP- Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros;

Mimoza Hafizi, Deputada;

ALEMANHA

Christian Flisek, Deputado

ARÁBIA SAUDITA:

Anas Alnowaiser, Embaixador;

ÁUSTRIA

Andreas F. Karlsboeck, Deputado;

Werner Amon, Deputado;

BOSNIA E HERZEGOVINA

Borislav Bojic, Deputado;

Ljiljana Milicevic, Deputada;

Sifet Podzic, Deputada;

Zalijko Grubestic, Deputado;

BULGÁRIA

Atanas Atanassov, Deputado;

Dimitar Lazarov, Deputado;

Filip Popov, Deputado;

Karad Sali Karadayi, Deputado;

Tsvetan Tsvetanov, Deputado;

CHIPRE:

Marios Yeronymi, Embaixador;

ESLOVÉNIA

Branko Grims, Deputado

ESTÓNIA

Ken-Marti Vaher, Deputado;

HUNGRIA

István Hollik, Deputado;

Márta Demeter, Deputada;

IRLANDA

Lisa Dardis, Deputada;

LETÓNIA

Ainars Latkovskis, Deputado;

SolvitaAboltina, Deputada;

LUXEMBURGO

Eugene Berger, Deputado;

Alex Bodry, Deputado;

Philippe Donckel, Deputado;

MACEDÓNIA

Illir Islami, Embaixador;

MALTA

Anglu Farrugia, Presidente do Parlamento;

Christopher Said, Deputado;

Etienne Grech, Deputado;

NORUEGA

Kenneth Svendsen, Deputado;

Anders Werp, Deputado;

Ulf Leirstein, Deputado;

PERÚ:

Luis Iberico Nuñez, Deputado;

PORTUGAL:

Sérgio Sousa Pinto, Presidente da Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;

REINO UNIDO

Baronesse Buscombe, Deputada;

REPÚBLICA DA COREIA

Botschaftsrat Hanjin-Bae, Embaixador;

ROMÉLIA

Florin Mitreia, Embaixador;

SUÉCIA

Anti Avsan, Deputado;

Arhe Hamednaca, Deputado;

TAIWAN

Yu,Shun Chen, Primeiro Secretário da Embaixada;

TURQUIA

Aydin Unal, Deputado;

UNIÃO EUROPEIA:

Natalia Grecova, Deputada ao Parlamento Europeu

Agenda dos Trabalhos.

A Agenda do Fórum é a que consta do Anexo II ao presente Relatório.

Desenvolvimento dos Trabalhos.

Abertura

Após os tradicionais discursos de boas-vindas, a cargo dos Senhores Werner Amon e Andreas Karlsbock, ambos Deputados austríacos, coorganizadores do evento, e do próprio Congressista Pittenger, interveio o Tenente-General Bem Hodges, do Exército dos Estados Unidos da América, responsável pelo contingente militar americano estacionado na Europa. Na sua intervenção, salientou a extrema importância da cooperação entre agências de segurança e autoridades nacionais de cada país no combate ao terrorismo internacional, de forma a ultrapassar certas limitações que por vezes se verificam quando as autoridades militares pretendem aceder a dados biométricos de determinados suspeitos de ligações terroristas. Sublinhou, ainda, a necessidade de rastrear e eliminar as fontes de financiamento do Daesh, designadamente, as provenientes da venda de crude no mercado negro, sendo importante

De notar que esta intervenção motivou a imediata intervenção do Deputado turco, sublinhando os esforços do governo turco no combate ao terrorismo, reclamando maior solidariedade do Ocidente, nomeadamente através da inclusão do grupo Curdo na síria YPG na lista de organizações terroristas. Em resposta, o General Hodges sublinhou que o YPG¹ tem sido o único grupo sediado na Síria que tem efetivamente combatido o DAESH.

O comandante das forças americanas na Europa, salientou, ainda, a dificuldade em manter relações de confiança e estabilidade junto das agência de segurança europeias, dada a carência de meios humanas e a alta rotatividade dos que lhes estão afetados.

¹ Acrónimo de Yekîneyen Parastina Gel, conhecida como Unidades de Proteção Popular, braço armado do Syrian Kurdish Democratic Union Party (PYD).



Aspeto da sala da conferência.

Painel I

Neste Painel, intervieram os Senhores Jamal El-Hindi, do Departamento norte-americano do Tesouro, onde é responsável pelo Financial Crimes and Enforcement Network; o Senhor Mariano Federici, Presidente da Unidade de Informações Financeiras da Argentina; e o Senhor Thomas Fureder, da Financial Market Authority austríaca.

No caso da alocução proferida pelo Senhor Hindi, foi disponibilizado o discurso que proferiu, o qual pode ser integralmente consultado aqui. De salientar o acento tónico que colocou na necessidade absoluta de incrementar a partilha proactiva de informações em matéria financeira entre as unidades de informações financeiras e as autoridades criminais nos diferentes países, aspeto fundamental para a rastreabilidade dos fluxos financeiros que alimentam o terrorismo internacional.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Na sua intervenção, o Senhor Federici retratou a evolução do sistema argentino de controlo de fluxos financeiros, alertando para os métodos mais comuns utilizados na lavagem de dinheiro, cuja atividade se mistura frequentemente com atos comerciais de exportação/importação com dupla faturação, tornando difícil rastrear os fluxos financeiros subjacentes, práticas que aconselham a um estudo cada vez mais aprofundado dos registos das transações comerciais efetuadas, o que implica a afetação de recursos humanos cada vez mais qualificados nestas áreas específicas. Frequentemente, referiu, as empresas privadas, por motivos de vantagem financeira e de prevenção de aplicação de eventuais sanções, escusam-se a identificar os agentes efetivamente por detrás das transações comerciais efetuadas.

Finalmente, na sua intervenção, o Senhor Fureder chamou a atenção para a necessidade de prover ao equilíbrio entre o incremento no controlo no acesso às informações financeiras essenciais à rastreabilidade de fluxos financeiros ilícitos, com a salvaguarda dos direitos fundamentais usualmente associado e protegidos no referido âmbito.

Painel II

Neste Painel intervieram responsáveis por diversas agências e entidades norte-americanas, bem como o diretor de tecnologias da Ericsson, o Senhor Mats Nilsson, que aflorou temas especificamente relacionados com a segurança e integridade das comunicações e bases de dados, numa era particularmente exigente em que, a partir de um mero telefone é possível aceder a complexas e estratégicas bases de dados, tendo exemplificado com casos próprios.

Na sua intervenção, o Senhor Nikos Passas, na qualidade de membro da International Anti-Corruption Academy, proferiu alocução relativa à problemática da corrupção e terrorismo financeiro, realidades que, segundo afirmou, possuem ligação muito estreita. Apelando à sua condição de docente universitário e responsável por um centro de investigação, realçou que a corrupção, enquanto fenómeno social, cria todo o enquadramento do qual se vale outras atividades de natureza criminal, como é o caso do Terrorismo financeiro. Trata-se, portanto, segundo opinou, de um fenómeno cujo combate deve ser multigeracional, começando nos bancos da escola. As vulnerabilidades do funcionamento dos sistemas financeiros é de tal ordem que, interessando produzir lucro e proceder à respetiva lavagem, o terrorismo internacional de

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

hoje tem vindo a utilizar técnicas já conhecidas no narcotráfico sul-americano dos anos 90, como seja, por exemplo, o tráfico de alimentos para zonas absolutamente necessitadas, não sendo possível monitorizar todas as áreas económicas, pois todas elas são fontes potenciais de geração de lucros e consequente lavagem e desvio para fontes e entes com atividades ilícitas. Por tais motivos, entende fundamental estabelecer novas regras para o funcionamento do sistema financeiro internacional

O Senhor Frederick Reynolds, enquanto responsável pela financial crime compliance, do Bank of America, salientou a necessidade imperativa de valorizar os benefícios advenientes do intercâmbio de informações entre Parlamentos e instituições relacionadas com o processo legislativo nesta matéria, de forma a criar redes de especialistas com intervenção internacional, e estabelecer prioridades nas diferentes áreas do combate à lavagem de dinheiro ilícito e flexibilidade na abordagem às diferentes situações, fruto até do défice de pessoal afetado a esta atividade.

Na sua intervenção, o Senhor Helmig salientou o esforço feito pelo Governo Federal americano no sentido de resolver “entorses” essenciais na recolha e tratamento de dados, nas áreas da defesa, segurança interna e finanças. Segundo defendeu, é fundamental para o combate ao terrorismo _ e mais ainda na sua vertente financeira _ que as decisões tanto das agências especializadas, como dos próprios legisladores se baseiem em dados estatisticamente tratados, capazes de fornecer inputs frequentemente desconhecidos ou desvalorizados. E defendeu, ainda, e em face da especificidade deste tipo de atividade ilícita, um trabalho mais próximo entre legisladores e peritos das diferentes entidades de informações financeiras.

No debate que se seguiu foi sinalizada a necessidade de aprofundar não só a troca de informações entre Serviço de Inteligência, mas também no âmbito interno do próprio sistema bancário e entre Bancos Centrais, como meios essenciais de combate ao terrorismo financeiro. E não deixaram de ser identificadas certas constrições, relacionadas com a tendência “secretista” como as instituições financeiras e bancárias frequentemente lidam com os fluxos monetários, a qual, ao pretender garantir o sigilo, acaba por servir a invisibilidade dos fluxos ilícitos e seus beneficiários.

Da parte da tarde, com início pelas 14 horas, os trabalhos iniciaram-se com o Painel III, dedicado à temática da salvaguarda dos direitos e liberdades cívicas, e o Painel IV, destinado a evidenciar a perspetiva das forças e serviços de segurança norte-americanas.

Painel III

Este Painel contou com a presença de dois representantes do United States Privacy and Civil Liberties Oversight Board², no caso, o respetivo chairman, o Senhor David Medine, e a Senhora Rachel Brand (uma habitué destes fóruns), na qualidade de membro da referida entidade federal americana e que interveio oralmente.

Na sua intervenção, a Senhora Brand pretendeu dar a conhecer o trabalho de defesa e salvaguarda das liberdades individuais por parte do Governo americano, num quadro de especial agressividade na pesquisa e análise de informações relacionadas com o terrorismo, foi reconhecido que, por vezes, a tarefa tende a contender com os diferentes fundamentais dos cidadãos, sendo necessário salvaguardar mecanismos de apertado controlo. A Senhora Brand, perante tal situação, salientou a necessidade de reequilibrar a relação entre a liberdade e a segurança, com base no escrutínio constante da atividade das agências de informações, o que obriga a que os decisores políticos possuam capacidade de constante adaptação às novas necessidades, ditadas pela atividade de contra terrorismo. Tal necessidade torna-se ainda mais premente no caso do recurso pelo terrorismo a atividades e operações complexas de cariz financeiro, as quais entram pela esfera privada das empresas, algumas multinacionais. Segundo referiu, esta tensão entre o interesse da segurança e dos direitos ditos privados, fazem emergir uma outra fonte de desequilíbrio: entre transparência e secretismo. Procurou, ainda, desmistificar as consequências e vicissitudes do denominado “Program Section 215”, alvo da quebra de segurança protagonizada por E. Snowden, afirmando que, em certas matérias, é por vezes difícil dar explicações públicas, sem que sejam expostas matérias mais reservadas. Terminou, tecendo algumas considerações-propostas sobre formas de assegurar um maior controlo das atividades secretas, a começar pelo controlo interno do respeito pelos direitos

² Organismo federal, tornado política e administrativamente independente em 2007, e criado para contrabalançar publicamente o recurso massivo a “metadados” por parte das agências americanas de intelligence, reforçando e protegendo as liberdades civis

fundamentais por parte dos funcionários e a subsequente capacidade do decisor político alterar as regras dos diferentes programas, em conformidade. Depois, o controle externo, providenciado tanto por entidades independentes, como pelas diferentes comissões especializadas, quer do congresso quer do Senado.

Seguiu-se um período de debate, onde foi realçada a existência de diferentes culturas na forma de abordar as questões do combate ao terrorismo, num e noutro lado do Atlântico. Também foi salientado que as ameaças dos tempos de hoje, suscetibilizam por parte dos serviços de intelligence atuações cada vez mais “preemptivas”, frequentemente “invisíveis” aos mecanismos de controlo democráticos e do Direito Internacional.

Painel IV

Neste Painel, interveio o Senhor Jason Cassidy, do Departamento de Segurança Interna (Homeland Security) dos EUA. Extrapolando a partir da experiência desenvolvida pelo Departamento Federal a que pertence, mormente em resultado das investigações prosseguidas, identificou a relevância de certos tipos de sinais sociais elementares aos quais deveria ser prestada maior atenção, como por exemplo o “estilo de vida” de certos suspeitos, capazes de indiciar, de entre outras atividades ilícitas, a própria finalidade de “lavagem” de dinheiro. Por outro lado, enfatizou a absoluta necessidade dos investigadores dos diferentes países ___ e aqui a referência pareceu concretamente dirigida às agências de investigação europeias ___, poderem aceder a dados de comércio internacional, cuja comparação de fluxos (importações vs. exportações) poderia facilitar o rateamento de lucros ilícitos, fortemente indiciadores de “lavagem” de dinheiro. Porém, a reserva nas transações internacionais, designadamente quando envolvem fluxos financeiros, afiguram-se de difícil conciliação com o sigilo bancário.

Conclusões

1. O Fórum Parlamentar em presença nasce da (compreensível) iniciativa norte-americana de conter danos e reconstituir a confiança com a Europa, na sequência de diversos episódios tornados públicos da ação de agências secretas dos EUA na luta contra o terrorismo, cuja conformidade face à lei, tanto interna como internacional, tem sido amplamente questionada

(tais são os casos, de entre outros, o das supostas escutas promovidas pelos EUA em solo europeu, designadamente, junto de instituições governamentais alemãs, e todo o manancial de informações decorrente do “caso-Snowden”).

2. Neste seguimento, e sob impulso norte-americano, pretende-se reaproximar parlamentares norte-americanos e dos diversos países europeus, de forma a gerar um clima de discussão mas ou menos informal, promotor de confiança entre decisores políticos com intervenção no processo de definição de políticas públicas de segurança, i.e., um género de diplomacia parlamentar aplicada a questões de segurança internacional.
3. Talvez fruto da inesperada (e aparentemente inexplicada...) mudança do local previsto para realização desta 4.^a Edição (estava previsto que ocorresse em Berlim), o Fórum não teve a presença e o impacto de anteriores edições, o que foi notório na própria lista de presenças.
4. O terrorismo financeiro, ou melhor, o financiamento internacional do terrorismo, foi o tema eleito para esta edição do Fórum, na qual foi dado particular ênfase à:
 - necessidade de aprofundar o trabalho dos departamentos de informações financeiras em cada Estado, na deteção de fluxos financeiros ilícitos, sua “lavagem” e reintrodução no sistema;
 - imperatividade da partilha de informações, também neste domínio, entre as diferentes agências governamentais intervenientes na abordagem desta problemática;
 - promoção da relação sinérgica (ainda incipiente na Europa) entre o interesse público e o privado no domínio das tecnologias de controlo e segurança de dados relevantes para a matéria em discussão.
5. Deve salientar-se que a realidade norte-americana, neste último particular é, de resto, bem evidente, existindo toda uma prática de contratação a empresas privadas de atividades relevantíssimas do interesse público, de que constitui exemplo o caso da SAS, empresa que desenvolve programas de interesse governamental e impacto federal em matérias tão relevantes como a análise e tratamento de dados estratégicos com relevância para a Segurança Interna, Tesouro e Sistema Financeiro norte-americanos.

6. A peculiaridade deste Fórum, tanto em função dos temas abordados como do âmbito subjetivo de incidência, aconselham a que Portugal e em particular a Assembleia da República, continue a acompanhar a realização de iniciativas deste género e deste Fórum em particular.

7. Neste sentido, o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, em conversa com o Congressista Pittenger, manifestou a disponibilidade do Parlamento português para organizar uma próxima edição deste Fórum.

Palácio de S. Bento, 20 de fevereiro de 2017

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)